



O pacto sobre o papel do jornalismo: Uma leitura dos valores-notícia do Jornal Nacional¹

Ana Carolina Vanderlei CAVALCANTI²
Faculdades Integradas Barros Melo (AESO), Olinda, PE

Resumo

Neste artigo, orientados pelo que Itania Gomes (2007) define como o pacto sobre o papel do jornalismo na sociedade e pelo que Nelson Traquina (2005) problematiza acerca dos critérios de noticiabilidade, propomos uma leitura dos valores-notícia do Jornal Nacional (JN), da Rede Globo, no ano em que ele completa 45 anos no ar. A partir do que o telejornal apresenta sobre si mesmo no livro *Jornal Nacional: modo de fazer* (2009), escrito pelo apresentador e editor-chefe do programa, William Bonner e dos princípios editoriais das Organizações Globo, analisamos e interpretamos o pacto que o JN assume com o público brasileiro.

Palavras-chave: Jornalismo; Telejornalismo; Jornal Nacional; Pacto sobre o papel do Jornalismo; Valores-notícia.

No dia 1º de setembro de 2014, o Jornal Nacional completa 45 anos. É o telejornal brasileiro há mais tempo no ar de modo ininterrupto; modelo de referência para o telejornalismo nacional; o mais popular do país e o mais assistido também; além de o principal telejornal da Rede Globo (GOMES, 2005; MARTINS, 2006; PORCELLO, 2008). O JN é um programa jornalístico de televisão e, como tal, obedece a formatos e a regras próprias do jornalismo em negociação com o campo televisivo. É considerado um modelo de referência, porque representa aquilo que se espera que seja um telejornal: a temática, o formato, o cenário, os apresentadores, tudo contribui para a identificação do programa com o gênero³ (GOMES, 2005, 2012).

De acordo com Gomes (2007), um pacto ou acordo tácito regula a relação entre programas e telespectadores acerca do papel que se espera do jornalismo na sociedade.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de maio de 2014.

² Professora das Faculdades Integradas Barros Melo (AESO) e Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: ana_carolinavc@yahoo.com.br.

³ Itania Gomes trata o telejornal como um subgênero do gênero programas jornalísticos televisivos. No entanto, assumimos que ele é um gênero, acompanhando o que postulam pesquisadores como Arlindo Machado, por exemplo, por entendermos ser esta uma definição mais abrangente e mais aceita também.



Esse pacto dirá ao telespectador o que ele deverá ver ou poderá esperar ver no programa. A pesquisadora sugere que, para compreendê-lo, o analista observe, por exemplo, como o programa atualiza as premissas, os valores, as normas e as convenções que fazem do jornalismo uma instituição social.

[...] em outras palavras, como lida com as noções de objetividade, imparcialidade, factualidade, interesse público, responsabilidade social, liberdade de expressão e de opinião, atualidade, quarto poder, como lida com as ideias de verdade, pertinência e relevância da notícia, com quais valores-notícia de referência opera (GOMES, 2007. p. 26).

Neste trabalho, buscamos os elementos que revelam o pacto assumido pelo Jornal Nacional com o público brasileiro, tentando estabelecer, sempre que possível, conexões com os princípios editoriais das Organizações Globo, caminho sugerido por Traquina.

Os valores-notícia segundo Nelson Traquina

Segundo o pesquisador português Nelson Traquina (2005), uma das maiores referências do modelo teórico do *newsmaking*⁴, os critérios de noticiabilidade são um aspecto fundamental da cultura profissional dos jornalistas e podem ser definidos como “o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável” (TRAQUINA, 2005, p. 63). O autor (2005) afirma que esses critérios não são imutáveis, uma vez que sofrem mudanças de uma época para outra, também podem variar de uma empresa jornalística para a outra (porque refletem as particularidades de cada política editorial) e não há regras que indiquem quais têm prioridade sobre os outros.

A lista de valores-notícia produzida por Traquina (2005) é uma composição das várias sistematizações já propostas somadas às contribuições do próprio pesquisador. Ela segue, por exemplo, a separação em duas categorias propostas pelo italiano Mario Wolf: os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção. Os primeiros referem-se aos critérios usados pelos jornalistas para seleção dos acontecimentos que

⁴ No livro *Teoria do Jornalismo* (2010), Felipe Pena diz que a teoria do *newsmaking* rejeita a teoria do espelho (segundo a qual o jornalista seria um mediador desinteressado e o jornalismo, um espelho do real) e defende que a imprensa, na verdade, ajuda a construir uma suposta realidade. Isso não significa dizer, no entanto, que as notícias são ficcionais, porque elas têm, sim, de acordo com esse modelo teórico, referência na realidade. Na sistematização da teoria do *newsmaking*, autores como Mauro Wolf e Nelson Traquina levam em consideração, por exemplo, critérios como a noticiabilidade, valores-notícia, constrangimentos organizacionais, construção da audiência e rotinas de produção.



serão transformados em notícia (em detrimento de outros). Eles estão divididos em critérios substantivos (dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância ou interesse como notícia) e critérios contextuais (estão ligados ao contexto de produção da notícia). Os de construção, por sua vez, são relativos aos critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia (funcionam como um guia, sugerindo o que deve ser realçado, omitido ou ainda prioritário na construção do acontecimento como notícia, a fim de que ele tenha mais chances de ser notado pelo público).

Traquina (2005) não deixa passar despercebido o fato de que os valores-notícia (tanto os de seleção, quanto os de construção) são influenciados pela política editorial de cada organização jornalística.

Embora os valores-notícia façam parte da cultura jornalística e sejam partilhados por todos os membros desta comunidade interpretativa, a política editorial da empresa jornalística pode influenciar diretamente o processo de seleção dos acontecimentos por diversas formas (TRAQUINA, 2005, p.93).

As diversas formas de influência, mencionadas no fragmento acima, vão desde a disposição de recursos da organização a razões pessoais da direção (ou de seus donos). Neste momento, apresentamos como as Organizações Globo definem a atividade jornalística e os seus princípios editoriais, porque buscamos entender de que forma influenciam o trabalho do Jornal Nacional. Na sequência, fazemos uma leitura do objetivo do telejornal, dos valores-notícia que anuncia e também do pacto que assume com o público.

Princípios editoriais das Organizações Globo

No dia 06 de agosto de 2011, as Organizações Globo divulgaram um documento com os princípios editoriais que devem nortear as redações do grupo em TV, jornal, revista, rádio ou internet⁵. Foi a primeira vez, desde a fundação do jornal O Globo, em 1925, que as empresas jornalísticas comandadas pela família Marinho passaram a ter, de maneira formal, um conjunto de regras ou orientações a serem seguidas. Uma carta do presidente das Organizações Globo, Roberto Irineu Marinho e dos vices João Roberto Marinho e José Roberto Marinho, filhos de Roberto Marinho (que dirigiu as

⁵ O documento está disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html> Acesso: 13/11/2014.



Organizações por quase oito décadas) e netos de Irineu Marinho (fundador de O Globo), apresentou o documento de vinte e seis páginas. Nela, os irmãos afirmam que esses princípios foram praticados por várias gerações intuitivamente, mas nunca estiveram ordenados em um código de conduta. A formalização dessas práticas é justificada por eles pelo fato de, na era digital, qualquer indivíduo poder divulgar o que desejar e ter acesso a uma audiência potencialmente ampla, causando, como consequência, “certa confusão entre o que é ou não jornalismo, quem é ou não jornalista, como se deve ou não proceder quando se tem em mente produzir informação de qualidade”. E prosseguem: “o objetivo é não somente diferenciar-se, mas facilitar o julgamento do público sobre o trabalho dos veículos, permitindo, de forma transparente, que qualquer um verifique se a prática é condizente com a crença”.

Não entraremos no debate acerca do argumento usado para justificar a divulgação desses princípios naquele momento, em que a explosão das tecnologias digitais transformava profundamente as práticas jornalísticas e potencializava a capacidade de produzir informação de modo não profissional (MORAES E ADGHIRNI, 2011). Interessa-nos, sim, expor e discutir o que as Organizações Globo entendem por jornalismo, bem como os princípios norteadores de sua prática em todas as suas redações.

Tais princípios foram apresentados no horário nobre da TV aberta brasileira, durante o telejornal mais importante da Rede Globo. Foram quatro minutos e vinte e quatro segundos em que William Bonner e Fátima Bernardes⁶ explicaram para os telespectadores do Jornal Nacional as linhas gerais do documento, destacando o conceito de jornalismo adotado pelo grupo e as regras que devem nortear o trabalho dos profissionais em todos os veículos das Organizações Globo.

Reproduzindo o que diz o documento, para as Organizações Globo jornalismo “é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas”. Os fatos citados vão dos complexos, como graves crises políticas até os mais simples, como a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada. O texto ressalta, de maneira genérica, que esse “primeiro conhecimento” deve ter um grau aceitável (não especifica o que seria esse grau aceitável) de fidedignidade e correção. Além disso, defende que “pratica jornalismo todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar”,

⁶ Fátima Bernardes só foi substituída na apresentação por Patrícia Poeta no dia 06/12/2011.



diferenciando-se dos que procuram “convencer, atrair adeptos, defender uma causa”. Estes, no caso, segundo o documento, fazem propaganda.

No texto, refuta-se a definição do exercício do jornalismo como a busca pela verdade dos fatos, por considerar que uma simplificação nessa discussão teria levado a uma série de mal-entendidos, chegando ao ponto de se afirmar que procurar a verdade seria uma grande utopia e que nem ela nem a objetividade existem ou são possíveis. O documento não nega a existência de “uma” verdade nos fatos, tampouco incentiva a subjetividade do relato jornalístico sobre eles, apenas escolhe um caminho que, a nosso ver, parece menos espinhoso para definir o que é o jornalismo para as Organizações Globo.

Não se trata aqui de enveredar por uma discussão sem fim, mas a tradição filosófica mais densa dirá que a verdade pode ser inesgotável, inalcançável em sua plenitude, mas existe; e que, se a objetividade total certamente não é possível, há técnicas que permitem ao homem, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011).

Para que o jornalismo produza conhecimento, segundo os princípios das Organizações Globo, o trabalho deve ser feito buscando-se isenção, correção e agilidade, que seriam os atributos de uma informação de qualidade⁷. A isenção, descrita como uma palavra-chave, é reconhecida como sendo tão problemática quanto a ideia de “verdade”. Informação isenta seria o contrário de informação enviesada, viciada. O documento coloca que embora seja difícil, é possível alcançar isenção “desde que haja um esforço consciente do veículo e de seus profissionais para que isso aconteça”. Para tanto, elenca vinte e seis regras de conduta que devem ser adotadas dentro do grupo. O segundo item, por exemplo, diz que:

Na apuração, edição e publicação de uma reportagem, seja ela factual ou analítica, os diversos ângulos que cercam os acontecimentos que ela busca retratar ou analisar devem ser abordados. O contraditório deve ser sempre acolhido, o que implica dizer que todos os diretamente envolvidos no assunto têm direito à sua versão sobre os fatos, à expressão de seus pontos de vista ou a dar as explicações que considerarem convenientes (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011).

A correção, por sua vez, é tratada como o compromisso inabalável com o acerto e aquilo que dá credibilidade ao trabalho jornalístico. Estar correto, para as

⁷ Discutir o que é qualidade ou informação de qualidade no jornalismo não é nosso objetivo. Interessa-nos simplesmente conhecer os valores que norteiam o trabalho das Organizações Globo e que, por consequência, servem de referência para o telejornal que analisamos.



Organizações Globo é “procurar descrever e analisar os fatos da maneira mais acurada, dadas as circunstâncias do momento”.

Nesse sentido, a correção é um processo, uma construção que vai se dando dia após dia. O jornalista investiga os fatos, pouco a pouco, e vai montando um quebra-cabeça. O retrato final estará ainda incompleto, à espera da História, mas terá de ser já, necessariamente, uma silhueta com contornos visíveis (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011).

O documento enfatiza que não há fórmulas que imunizem o jornalismo de erros, mas é preciso que estes, quando ocorrerem, sejam corrigidos de maneira transparente. Para isso, recomenda que todos os veículos do grupo tenham estruturas para receber as observações do público, sejam elas elogiosas ou não, a fim de “processá-las, entendê-las e dar seguimento a elas”. As recomendações para os profissionais do grupo quanto à correção são quatorze. A segunda refere-se a uma prática que se tornou comum com a popularização da divulgação na internet de imagens capturadas por câmeras de celular.

Informações e imagens enviadas pelo público pela internet só devem ser publicadas depois de averiguação quanto à sua veracidade. Na cobertura de eventos em que o trabalho de jornalistas esteja cerceado, haverá casos em que será necessária a publicação de informações e imagens assim obtidas, sem averiguação, mas o público deverá ser avisado de que não há como confirmar se são verdadeiras (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011).

A situação descrita acima pode ser especialmente verificada nas coberturas internacionais de catástrofes e conflitos. No dia 22 de abril de 2011, por exemplo, o então correspondente da TV Globo para o Oriente Médio, Carlos De Lannoy, fez uma reportagem para o JN sobre os conflitos que ocorriam na Síria contra o presidente Bashar al-Assad. Ele estava em Jerusalém e construiu toda a parte factual da matéria a partir de imagens de agências de notícias. Na verdade, de vídeos conseguidos pelas agências de notícias na internet. No texto do repórter podemos verificar a prática só ratificada e justificada com a divulgação dos princípios editoriais das Organizações Globo.

As forças de segurança do governo reagiram com violência aos protestos realizados em várias partes da Síria. *Os relatos são de manifestantes, que divulgaram as imagens pela internet. Agências de notícias internacionais declararam não ter condições de confirmar as circunstâncias em que as cenas foram gravadas* nem de levantar informações independentes e precisas sobre o número de vítimas, já que



muitos jornalistas estrangeiros são impedidos de trabalhar no país (DE LANNOY, 2011, informação eletrônica, grifo nosso).

O último dos três itens listados como essenciais para uma informação de qualidade, segundo os princípios editoriais das Organizações Globo, é a agilidade. O texto explica que o jornalismo produz uma primeira imagem ou conhecimento dos fatos, porque, quando reporta, não tem ainda os seus contornos definitivos e cumpre o seu papel logo após o corrido. A equação que deve ser resolvida diariamente pelos jornalistas, como consequência, é produzir esse conhecimento no menor espaço de tempo e da melhor maneira possível.

Portanto, é atributo fundamental da qualidade da informação jornalística ser produzida com rapidez. Se a História pode dispor de anos de trabalho para fazer aflorar a realidade, o jornalismo dispõe de algumas horas (no máximo, de alguns dias, se a publicação for semanal ou mensal). *É a celeridade com que traça o primeiro retrato dos fatos que ao mesmo tempo dá utilidade à produção jornalística e justifica as suas lacunas*⁸. A notícia tem pressa (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011, grifo nosso).

Neste item, o documento estabelece sete princípios que devem ser seguidos pelos profissionais das Organizações Globo. Destacaremos o primeiro deles, que trata do investimento em tecnologia, uma questão fundamental para garantir rapidez ao trabalho dos jornalistas.

Os veículos das Organizações Globo terão sempre como prioridade investir em tecnologia capaz de dar celeridade ao trabalho jornalístico e à sua difusão. Deverão estar atualizados com o que de melhor houver em maquinaria, equipamentos, softwares e meios de transporte (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011).

Compromisso maior do JN: “mostrar o que de mais importante se deu no Brasil e no mundo”

Nossa leitura sobre os valores do JN apoia-se no que o telejornal apresenta como verdade sobre si mesmo no livro *Jornal Nacional: modo de fazer* (2009), escrito pelo apresentador e editor-chefe do programa, William Bonner e publicado antes de as

⁸ Quando trata da correção, o documento diz que o jornalismo não está imune a erros, mas que deve perseguir a informação correta. Aqui, as Organizações Globo parecem ter encontrado uma “brecha” para justificar as “lacunas” (leia-se: erros) que por ventura venham a ser deixadas pelos jornalistas de suas empresas dada a urgência que a notícia exige para sua produção e apresentação ao público.



Organizações Globo anunciarem os seus princípios editoriais em 2011. Percebe-se claramente que, apesar de tratar exclusivamente do JN, a obra antecipa premissas muito semelhantes àquelas que os jornalistas de todas as empresas da família Marinho devem adotar – o que contribui para reforçar a imagem do telejornal como “porta-voz” ou representante de maior destaque das marcas que identificam o jornalismo praticado pelo grupo. Como já dissemos, os princípios editoriais foram divulgados em primeira mão pelo Jornal Nacional. Outro exemplo que corrobora com o que defendemos aqui aconteceu no dia 02 de dezembro de 2013, quando coube ao JN a missão de avisar aos brasileiros que, a partir daquele dia, todos os programas do jornalismo da TV Globo passariam a ser transmitidos com tecnologia HD, em alta definição⁹.

De tão repetido por William Bonner, ao longo de todo o seu livro, escrito quando o telejornal completava 40 anos no ar – segundo o autor, para mostrar aos telespectadores e, também, aos jornalistas, como é feito o telejornal – o objetivo do JN soa quase como as palavras de um “mantra” (neste caso, com poder de convencimento do leitor): “o Jornal Nacional tem por objetivo mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo, naquele dia, com *isenção*, pluralidade, clareza e *correção*” (isenção e correção são dois dos atributos de uma informação de qualidade para as Organizações Globo; pluralidade e clareza são aspectos que fazem parte da descrição dos mesmos) (BONNER, 2009, p.17, grifos nossos).

Esse objetivo – ao mesmo tempo em que demonstra a relevância do noticiário internacional para o Jornal Nacional (apresentado com o mesmo peso das notícias que afetam mais diretamente os brasileiros) – até soa como pretensão, uma vez que ajuda, inclusive, a construir uma imagem falaciosa de que o telejornal, bem como qualquer outro produto jornalístico, é infalível nessa tarefa de eleger, num universo tão vasto de acontecimentos, o que de fato é mais importante. Porém, o texto não deixa dúvidas sobre o compromisso que a equipe do JN, encabeçada pelo seu editor-chefe, gostaria de assumir com o público brasileiro e exemplifica bem uma prática que Traquina (2005) diz estar enraizada na cultura profissional dos jornalistas, a de selecionar fatos e acontecimentos, obedecendo a determinados critérios de noticiabilidade e valores-notícia.

Sobre essa “ambição” do JN, o próprio Bonner (2009) faz duas ponderações. A primeira delas sobre a sua complexidade, uma vez que se trata de um programa de

⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/12/jornalismo-da-globo-passa-ser-exibido-em-alta-definicao.html> Acesso em: 02/12/2013.



televisão com cerca de trinta e três minutos de produção (limitação de tempo) e um público representado por pessoas de todas as idades, níveis de escolaridade e faixas socioeconômicas (discutiremos essas características no próximo capítulo). A outra diz respeito a subjetividade que uma seleção de fatos e acontecimentos envolve.

Mostrar aquilo que de mais importante aconteceu num dia para um público tão diverso significa, irremediavelmente, frustrar expectativas de muitos na seleção de assuntos. Até porque jornalismo não é ciência. Trata-se de um trabalho balizado por uma série de normas de conduta, mas que, apesar disso, depende muito da avaliação de indivíduos. Jornalistas de um lado, e público, de outro. O jornalismo é uma atividade sujeita a doses generosas de subjetividade (BONNER, 2009, p.19, grifo do autor).

Ainda sobre a natureza da atividade jornalística, Bonner (2009) diz que o público costuma questionar-se por que os veículos de imprensa divulgam muito mais notícias ruins do que boas. Ao responder essa pergunta, o jornalista revela como percebe o pacto que o jornalismo estabelece com a sociedade, seu papel social de fiscalizador e prestador de serviço, além de elemento imprescindível para o exercício e a consolidação da democracia. Percebe-se que não há uma intenção em definir o jornalismo, mas, sim, de tentar explicar sua natureza e também, de certa forma, seus princípios. Além disso, fica evidente que ele tenta vincular o que seria uma percepção pessoal (e que correspondente às expectativas coletivas sobre a atividade) à forma de fazer jornalismo do JN. É como se, ao esclarecer a dúvida dos telespectadores, ele, mais uma vez, atribuísse ao telejornal um papel de porta-voz. Nesse contexto, não necessariamente da TV Globo, mas dos anseios da sociedade brasileira por um fazer jornalístico que se legitima quando este representa o interesse público.

Aos não jornalistas inconformados e aborrecidos com esse fato, é preciso explicar que é da própria natureza do jornalismo apontar o que está errado para que seja corrigido. Mostrar o que está ruim para que seja melhorado. Denunciar os que se corrompem para que sejam punidos. Expor os que estão em dificuldade para que possam ser ajudados. A utilidade social do jornalismo é exatamente a de proporcionar que tudo isso aconteça – e que os cidadãos tenham instrumentos para exercer seus direitos plenamente. Informação é um instrumento valiosíssimo nesse processo (BONNER, 2009, p.96).

Diariamente, segundo Bonner (2009), o JN trata mais ou menos de vinte e cinco assuntos, que são apresentados em diferentes formatos da notícia no telejornalismo, isto é, em notas simples, notas cobertas, reportagens e entradas ao vivo. Para chegar a essa seleção, o telejornal adota alguns critérios de noticiabilidade, descritos como primários



e secundários pelo seu editor-chefe, que ingressou no JN em 1996, inicialmente como apresentador e editor responsável pelos assuntos nacionais e, em 1999, assumiu também a atual função (MEMÓRIA GLOBO, 2004). Bonner diz que suas atribuições e responsabilidades editoriais são as seguintes:

[...] responder pela edição final de todo o Jornal Nacional, em conteúdo e em formato, avaliar e reavaliar a relevância das notícias para determinar *se* e *como* serão publicadas; decidir o melhor ordenamento das notícias, de modo a facilitar a compreensão dos fatos pelo público; avaliar pautas de reportagens, avulsas ou em séries especiais; perseguir o cumprimento das metas de tempo, em respeito ao conceito de grade de programação¹⁰ [...] (BONNER, 2009, p.126-127, grifos do autor).

Percebe-se que Bonner chama para si toda a responsabilidade sobre o que o JN mostra ou não, além de como mostra. A equipe deve reportar-se a ele, naturalmente, porque é quem toma as decisões mais importantes no telejornal. Chama atenção, no entanto, quando afirma que apesar de ter a confiança dos diretores da TV Globo em seu trabalho, “não tem um cheque em branco”, porque nenhum profissional da equipe é mais importante do que o compromisso do Jornal Nacional com o público brasileiro. Bonner (2009) diz que é ele quem costuma procurar seus superiores em casos de dúvida, não o contrário, numa tentativa de demonstrar autonomia para fazer o seu trabalho como pessoa de confiança que zela pelos princípios e valores jornalísticos da emissora e do JN, colocando-os em prática.

Critérios de seleção das notícias que são apresentadas no JN

Como editor-chefe do Jornal Nacional, uma das atribuições de Bonner é coordenar e orientar sua equipe a respeito dos critérios adotados pelo telejornal para a seleção diária dos fatos e acontecimentos (mais importantes do dia) que serão apresentados aos telespectadores do JN. Os primários, usados para separar aquilo que será publicado daquilo que não será, são cinco: a abrangência, a gravidade das implicações, o caráter histórico, o peso do contexto e a importância do todo. Já os secundários, empregados para decidir como as notícias serão levadas ao público – com

¹⁰ A grade de programação é um sistema de organização do fluxo televisivo, de forma que o público e os profissionais de TV possam saber o horário e a duração dos programas. Um meio é considerado de fluxo se ele se baseia na reprodução incessante de conteúdo, de modo independente do espectador (ele é unidirecional, pois parte apenas da TV para o público). “O fluxo temporal é organizado pelo modelo convencional de repetição: cada dia tem 24 horas, cada semana tem sete dias. Ou seja, a cada período pré-fixado, o evento se repete, sem ser o mesmo – eis o princípio em que se baseia a grade televisiva” (CANNITO, 2010, p.51).



qual formato e com quanto tempo – segundo Bonner, são dois: a complexidade e o tempo (BONNER, 2009).

Antes, de avançarmos, no entanto, destacamos, aqui, o que Bonner (2009) chama de notícias com “valor absoluto” – uma categoria que, segundo ele, destaca-se de imediato por reunir os critérios de abrangência, gravidade das implicações e por seu caráter histórico. Como exemplos desse tipo de notícia, que tem uma cobertura ampla garantida no JN, o editor-chefe do telejornal cita a morte de um Papa, a conquista de uma Copa do Mundo pela seleção brasileira e a posse presidencial de um ex-metalúrgico. Aqui, pode-se inferir que as três situações citadas por Bonner revelam muito sobre o que de fato importa ao JN enquanto produto da TV Globo. No que diz respeito à fé, a valorização das manifestações da Igreja Católica; no que se refere aos esportes, a massificação dos eventos de futebol, anunciado como uma “paixão nacional” (cuja transmissão em TV aberta no território brasileiro, via de regra, cabe exclusivamente à TV Globo); e, nas questões relacionadas à política nacional, a necessidade de sinalizar uma (tentativa de) aproximação ao grupo que ocupa o Poder no país (neste caso específico, talvez até como forma de compensar erros do passado¹¹).

Retornando aos critérios, a abrangência refere-se ao universo de pessoas atingidas por um fato, que tem maior probabilidade de ser divulgado quanto maior for esse número. Embora valha como regra para assuntos nacionais, nos internacionais essa questão nem sempre é decisiva (porque cada caso é avaliado individualmente e os editores do telejornal também podem levar em conta a disponibilidade de tempo e de imagens, bem como a complexidade do tema). A gravidade das implicações complementa o primeiro critério: quanto mais grave um fato, maior a sua possibilidade de ser apresentado no Jornal Nacional. No caráter histórico inserem-se fatos com “valor absoluto”, como os mencionados no parágrafo anterior e que, além de garantirem espaço no telejornal, determinam uma cobertura diferenciada.

Fatos dessa magnitude têm lugar assegurado no noticiário – mas também ocupam muito mais tempo que os demais numa edição. Porque a relevância absoluta deles esmaga notícias que, até então, tinham peso suficiente para garantir presença no espelho. Na seleção de assuntos, é preciso considerá-los, todos, sob uma perspectiva histórica e se perguntar: “Daqui a 50 anos, o que é que um pesquisador buscará na edição do JN de hoje?”. *A resposta poderá derrubar notícias de grande*

¹¹ No documento que reúne seus princípios editoriais, as Organizações Globo se apresentam como laicas (item 09 do atributo isenção), partidárias (item 10), independentes de governos (item 12), bem como de grupos econômicos (item 13) e afirmam que todos os seus veículos devem se esforçar para serem vistos dessa maneira.



abrangência ou gravidade, mas de relevância histórica menor, num dia como o da eleição do primeiro presidente negro dos Estados Unidos (BONNER, 2009, p.99, grifo nosso).

A partir das palavras de Bonner, fica claro que o caráter histórico de um fato, para o JN, é um critério primário que se impõe sobre a abrangência ou a gravidade, porque há dias em que “o jornalismo registra fatos que, no futuro, serão contados nos livros – e serão guardados por gerações. Nesses dias, o que o Jornalismo faz é escrever a história¹²” (BONNER, 2009, p.97).

O peso do contexto é um critério que revela o quanto a avaliação comparativa do conjunto de notícias é uma atividade corriqueira no Jornal Nacional (e na cultura jornalística de um modo geral). Bonner (2009, p.101) explica que “um fator que não pode ser desprezado quando se elegem os assuntos que serão destacados por uma edição jornalística é a importância relativa de uma notícia quando comparada às demais daquele dia”. E, por fim, a importância do todo. Esse critério funciona como uma orientação geral da TV Globo, em relação aos seus telejornais, para que as notícias sejam apresentadas dentro de seu contexto e organizadas de forma lógica, facilitando a sua compreensão pelo público. Para cumprir essa orientação é que, segundo Bonner (2009), algumas notícias são mais “bem-vindas” do que outras no espelho¹³ do Jornal Nacional.

Ao montar o espelho de cada dia, a prioridade absoluta é para os temas factuais da maior relevância, ou de relevância mais óbvia (aquelas notícias de valor “absoluto”, que contemplam, de imediato, os primeiros critérios que já mencionei: abrangência, gravidade de implicações, caráter histórico). Mas, em circunstâncias normais, eu diria que esse elenco de assuntos ocupa de 75% a 80% do tempo total do Jornal Nacional. Portanto, em dias “normais”, o espelho poderá incluir outras reportagens, não necessariamente factuais, ou que não contemplem necessariamente os critérios primários de avaliação. E elas serão mais “bem-vindas” se ajudarem o telespectador a enxergar com amplitude maior o contexto de uma notícia do “primeiro time” (BONNER, 2009, p.104).

Aqui, Bonner deixa claro que a maior vocação do telejornal são as notícias do dia (embora não seja a única). É curioso observar que essa “vocação” seja apresentada por Bonner, ao longo do livro, de forma semelhante ao objetivo do telejornal. Ou seja,

¹² Foi com essas palavras que Fátima Bernardes abriu a edição de 05 de novembro de 2008, o dia em que Barack Obama foi eleito o primeiro presidente negro dos Estados Unidos.

¹³ “Espelho é a relação e a ordem de entrada das matérias no telejornal, sua divisão por blocos, a previsão dos comerciais, chamadas e encerramentos. Como a própria palavra indica, reflete o telejornal” (PATERNOSTRO, 2006, p.204).



com o cuidado da reiteração. Os temas do dia, “quentes” ou de valor absoluto são sempre chamados de factuais. Já as matérias que no jargão jornalístico são conhecidas como “frias”, produzidas ou de “gaveta” – pois não têm urgência de ir ao ar, uma vez que não perdem sentido ou envelhecem de um dia para o outro – são chamadas de “temas de atualidade” ou de não factuais (esta, inclusive, não é uma expressão usual para os jornalistas).

Parece-nos que a ideia é contribuir para a consolidação da imagem de que o telejornal, de fato, apresenta *aquilo que de mais importante acontece no Brasil e no mundo todos os dias*. Aceitar publicamente que os “temas de atualidade” são temas frios seria um passo no sentido contrário e desconstruiria esse compromisso maior do JN. Reforçando ainda mais essa intenção, Bonner (2009, p.106) explica que as reportagens não factuais têm sempre uma função no programa: elas “apoiam as factuais para dar ao público a oportunidade de refletir mais detidamente sobre problemas importantes como o transporte público”. Também entram no espelho quando ajudam a equilibrar o “clima” do telejornal.

Num dia de noticiário predominantemente violento, é desejável que tenhamos algum contraponto jornalisticamente importante. Mas que não seja tão “leve” a ponto de sugerir alguma forma de escapismo tolo, ou que resvale para a pieguice barata. Às vezes, essa é a tarefa mais difícil na composição de um espelho¹⁴ (BONNER, 2009, p.105).

Os critérios de seleção secundários são dois, como já foi dito aqui: a complexidade e o tempo. A complexidade de um assunto, por exemplo, influencia muito na decisão sobre como ele será apresentado. Isso significa, segundo Bonner (2009, p.108), que “quanto mais complexo um assunto, maior a probabilidade de ser tratado numa reportagem maior, com um repórter que a conduza, com entrevistas que a balizem, com imagens e recursos de arte que a ilustrem”. Assim, o JN anuncia que a complexidade de um tema gera, na verdade, um desafio para a equipe do telejornal e que esta fará todo o esforço necessário para “traduzir” as informações da melhor maneira possível para o telespectador. E, assim, o telejornal valoriza o seu pacto com o público brasileiro: não descarta o que pode ser difícil e complexo, pelo contrário,

¹⁴ As escolhas do JN, nessa busca por um “equilíbrio” entre a apresentação de notícias “pesadas” e “leves”, repercutem negativamente com certa frequência. Um caso emblemático da era pré-Bonner foi a cobertura do nascimento de Sasha, filha da apresentadora Xuxa, em 1998. O livro *Jornal Nacional: a notícia faz história* (2004) resgata essa situação, tentando justificar a aposta do telejornal em cobrir com tanto destaque e alguns de seus melhores repórteres – Ari Peixoto, Marcelo Canellas e Roberto Kovalick, a expectativa da mãe na maternidade, o primeiro banho da recém-nascida e o sentimento do pai de primeira viagem, Luciano Szafir (este último, ao vivo).



esforça-se ainda mais para incluir no seu noticiário o que de mais importante acontece no Brasil e no mundo. Em cada edição do JN têm prioridade de tempo os assuntos factuais considerados mais relevantes.

A quantidade de temas factuais relevantes vai influenciar no tempo disponível para os demais assuntos do dia. Num dia cheio, serão ainda mais seletivos na escolha do que entra e de como entra. Mesmo quando só podem dispor de trinta segundos para uma nota simples, se a informação for considerada importante, ela será dada nesse formato, porque é objetivo do JN “permitir ao público tomar conhecimento daquilo que de mais importante aconteceu no dia” (BONNER, 2009, p.110).

Causa surpresa o fato de que a disponibilidade de imagens não seja para um telejornal um critério primário ou até mesmo secundário (seguindo a sistematização dos valores-notícia apresentada por Bonner) para selecionar o que vai ser apresentado no JN. A questão da imagem é colocada por último, sem nenhum destaque, apenas como algo residual e que poderia ser encaixado como um terceiro critério secundário. Observamos que, assim, Bonner (2009) ajuda a passar uma mensagem diferente da que habitualmente recebemos de programas jornalísticos de televisão (essencialmente audiovisuais) e quebra, de certa forma, uma expectativa implícita de que num telejornal a imagem tenha, sim, um peso preponderante. Para justificar esse posicionamento, o argumento é que a prioridade do Jornal Nacional, segundo seu editor-chefe, é fornecer informação de qualidade ao telespectador, com ou sem imagem.

[...] o JN é um programa jornalístico de televisão. Sua natureza básica, sua vocação inicial é fornecer informação qualificada ao telespectador (compromisso número 1: aquilo que de mais importante se deu no Brasil e no mundo no dia). Portanto, a falta de imagens não determina se publicaremos uma notícia ou não. Mas tão somente *como* a publicaremos. E estão revogadas todas as disposições, as lendas e os preconceitos em contrário (BONNER, 2009, p.110, grifo do autor).

Considerações

Aqui, fizemos uma leitura dos valores-notícia do JN e um exercício de interpretação dos princípios editoriais que, ao menos na esfera discursiva, norteiam o trabalho dos profissionais que atuam no telejornal há mais tempo no ar no país. A partir dessas análises, foi possível perceber que os critérios de noticiabilidade anunciados por William Bonner, editor-chefe do programa, materializam-se ora em procedimentos rotineiros, ora em uma promessa de pacto com o que, ao menos, deveria



ser o jornalismo exercido pelo Jornal Nacional: aquele que está sempre ao lado do cidadão, que representa seus interesses, denuncia o que está errado, mostra “o que de mais importante acontece no Brasil e no mundo”. Notamos, também, que o telejornal, muitas vezes, é usado como um canal preferencial de comunicação da Rede Globo (bem como de sua proprietária, as Organizações Globo) com os brasileiros, reforçando a imagem do programa como “porta-voz” ou representante de maior destaque das marcas que identificam o jornalismo praticado pelo grupo.

Referências

BONNER, Wiliam. **Jornal Nacional: Modo de Fazer**. São Paulo: Editora Globo, 2009.

CANNITO, Newton. **A televisão na era digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócio**. São Paulo: Summus, 2010.

GOMES, Itania Maria Mota. **Modo de Endereçamento no Telejornalismo do Horário Nobre Brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão**. Trabalho apresentado ao NP 07 – Comunicação Audiovisual, no **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom**, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise**. Trabalho apresentado em encontro do Centre d'Etudes des Images et des Sons Médiatiques/CEISME, Université Sorbonne-Nouvelle, em 05 de abril de 2007. In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Compós.

_____. **Estabilidade em fluxo: uma análise cultural do Jornal Nacional, da Rede Globo**. In: Análise de Telejornalismo: desafios teórico-metodológicos. Org. Itania Maria Mota Gomes. Salvador: EDUFBA, 2012.

MORAES, Francilaine Munhoz; ADGHIRNI, Zélia Leal. **Jornalismo e democracia: o papel do mediador**. In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Compós, Brasília, v.14, n.2, maio/ago. 2011.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2010.

PRINCÍPIOS editoriais das Organizações Globo. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf> Acesso em: 10/11/2013.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.